

MERCADOS

Bolsa sobe 1,39%, aos 187,3 mil pontos, mas tem 2º mês perdas

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Amparado quinta-feira, no tom favorável do exterior, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) sustou uma série negativa que, em linhas gerais, estendeu-se da última máxima histórica, em 14 de abril, para as 10 sessões seguintes - um intervalo em que havia marcado apenas um leve ganho, de 0,2%, no dia 20, e seis perdas seguidas no último período. Assim, entre uma primeira quinzena coroada por novo recorde histórico no fechamento (198,6 mil) e no intradia (na casa dos 199,3 mil), ambas no dia 14, e uma segunda quinzena de realização de lucros, o Índice Bovespa (Ibovespa) encerrou o mês praticamente no ponto em que estava no encerramento de março, mas em leve viés negativo.

Assim, após a interrupção de março, quando cedeu 0,7%, a Bolsa segue em trajetória suavemente declinante, tendo quebrado nesses dois últimos meses a série de ganhos que prevaleceu entre agosto de 2025 e fevereiro de 2026, intervalo de sete meses no azul. Em abril, contudo, a variação do índice foi de apenas -0,08%, com o Ibovespa a 187.461,84 pontos no fechamento de 31 de março e agora a 187.317,64 pontos, na última sessão do mês seguinte.

A virtual neutralidade em abril foi assegurada por ganho de 1,39% no último pregão do intervalo, em que o Ibovespa saiu de mínima na abertura aos 184.758,66 pontos e chegou na máxima do dia aos 187.920,77 pontos. Na semana, teve retração de 1,8%, sucedendo perdas semanais, de 2,55% e de 0,81%, o que em conjunto modera o ganho do ano a 16,26%. O giro financeiro de quinta foi sólido, a R\$ 28,8 bilhões, antes do feriado, sexta, no Brasil.

Na B3, a virada em Petrobras do meio para o fim da tarde, em alta de 0,48% na ON (máxima do dia no fechamento, a R\$ 54,73) e de 0,25% na PN, não foi o suficiente para assegurar um mês positivo para o Ibovespa, intervalo no qual suas ações foram essenciais para o equilíbrio do índice, sob o peso de correção quase generalizada nas demais blue chips. Principal ação do Ibovespa, Vale ON subiu 2,19%, mas cedeu 5,46% na semana e 1,58% no mês - em abril, em comparação, Petrobras ON e PN avançaram, pela ordem, 2,57% e 2%.

Entre os principais bancos, o último dia do mês foi positivo, com destaque para BB ON, em alta de 2,3% no fechamento. No mês, Bradesco ON e PN se singularizaram, acumulando ganhos de 1,52% e 2,22%, respectivamente. Na ponta ganhadora do Ibovespa nesta quinta-feira, Hapvida (+5,45%), CPFL (+4,38%) e Axia (+4,03%). No lado oposto na sessão, apenas quatro das 83 ações que compõem o índice da B3: Suzano (-2,18%), Hyperra (-0,88%), Klabin (-0,74%) e Iguatemi (-0,11%).

DÓLAR

O dólar encerrou a sessão de quinta-feira, em queda firme e abaixo do nível de R\$ 5,00, alinhado ao comportamento da moeda americana no exterior.

Com mínima de R\$ 4,9512, o dólar à vista encerrou a sessão em baixa de 0,98%, a R\$ 4,9527 - menor valor de fechamento desde 7 de março de 2024 (R\$ 4,9337). A moeda americana encerra abril com desvalorização de 4,36%, após alta de 0,87% no mês passado. No ano, o dólar recua 9,77% frente ao real, que tem o melhor desempenho no período entre as divisas mais líquidas.

AQUISIÇÃO

PEDRO RAFAEL VILELA E DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

O governo federal lançou quinta-feira uma segunda etapa do programa Move Brasil, que financia a renovação da frota de caminhões em condições favoráveis para empresas de transporte rodoviário de carga, cooperativas e caminhoneiros autônomos.

O valor total disponibilizado chega a R\$ 21,2 bilhões, mais que o dobro dos R\$ 10 bilhões da primeira fase do programa, lançado no fim do ano passado, que foram totalmente consumidos com mais de mil contratos de financiamento em poucos meses.

A nova fase passa a incluir também o financiamento de ônibus, micro-ônibus e implementos rodoviários, como reboques e carrocerias. Do valor de R\$ 21,2 bilhões, serão R\$ 6,7 bilhões aportados diretamente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e R\$ 14,5 bilhões oriundos do Tesouro Nacional.

O BNDES será o operador do programa, que será oferecido em parceria com outras instituições financeiras. O valor máximo financiável por beneficiário continua sendo de R\$ 50 milhões.

"Nós resolvemos melhorar as condições, aumentar os prazos de carência, a quantidade de anos para vocês poderem pagar e diminuir a taxa de juros, que ainda é alta", disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em cerimônia de assinatura de duas Medidas Provisórias (MPs) que viabilizam o novo Move Brasil.

Lula pediu celeridade no ritmo de liberação de crédito para os caminhoneiros autônomos pelos bancos públicos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e o BNDES). Segundo Lula, de R\$ 1 bilhão disponibilizado inicialmente, apenas R\$ 200 milhões haviam sido liberados, devido à preferência dos bancos por grandes empresas transportadoras.

"Para o gerente de um banco, é muito melhor receber um cliente só para pedir R\$ 2 bilhões, do que receber 1 mil clientes para pegar R\$ 2 mil, cada um. Eu quero pedir aos bancos públicos: vamos ver se a gente consegue dar um exemplo de que, uma vez na vida, os mais pobres são tratados como os mais ricos", cobrou Lula.

O presidente destacou especificamente as condições especiais destinadas aos caminhoneiros autônomos, que agora poderão parcelar o financiamento em até 10 anos (120 vezes), com carência de 12 meses.

Até então, a carência era de seis meses e o prazo máximo de pagamento era de cinco anos.

Os autônomos contarão com R\$ 2 bilhões na nova fase do programa. A taxa de juros, segundo o ministro da Fazenda, Dario Durigan, foi reduzida para 11,3%. Antes, eram superiores a 14%.

Ele disse esperar que os fabricantes de ônibus e caminhões consigam reduzir os preços dos veículos e assegurar empregos na indústria, como contrapartidas.

"É fundamental que a gente veja as contrapartidas, a redução no valor dos caminhões, o emprego garantido dos trabalhadores. Na minha analogia do corpo humano, o corpo da economia do país fica saudável em todos os sentidos", disse.

Para o presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Igor Calvet, o programa promove uma política industrial que não favorece apenas o setor automotivo, mas toda a cadeia econômica do país.

"O caminhão, o ônibus, eles são meios. É uma cadeia muito grande. O caminhão é a carne que chega na mesa do trabalhador e das famílias brasileiras, a fruta fresca que chega no Ceasa. O caminhão é a soja que vai para o porto para a gente exportar. O

caminhão é a cana que vai para a usina e a gente faz o etanol", destacou.

REQUISITOS AMBIENTAIS

Pelas regras do programa, os financiamentos estarão condicionados ao cumprimento de critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, incentivando a aquisição de veículos com menor consumo de combustíveis e menores emissões.

"Quem entregar um veículo velho para a reciclagem consegue taxas ainda mais reduzidas", observou o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Márcio Elias Rosa.

O transporte rodoviário move cerca de 60% das cargas do Brasil, segundo o governo federal, e é considerado crucial para a integração nacional e para o acesso da população a bens e serviços essenciais.

O setor enfrenta, atualmente, elevado grau de obsolescência da frota, o que aumenta custos de manutenção, reduz a eficiência energética, agrava a emissão de poluentes e aumenta riscos operacionais e de segurança. Também vinha experimentando queda expressiva nas vendas nos últimos anos, números que vêm sendo revertidos com o sucesso do novo programa.

ARAUCÁRIA

Petrobras volta a produzir ureia em fábrica de fertilizante no PR

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A Petrobras voltou a produzir ureia - um dos tipos de fertilizantes mais utilizados no mundo - na fábrica da companhia Araucária Nitrogenados S.A. (Ansa), em Araucária, na região metropolitana de Curitiba. A unidade chegou a ficar seis anos sem produzir o insumo agrícola.

A volta da produção, iniciada quinta-feira, é vista como uma forma de o Brasil diminuir a importação de fertilizantes, dependendo menos do mercado externo, que enfrentou restrição de oferta e aumento de preços com a guerra na Ucrânia, iniciada em 2022.

O Brasil é um dos principais consumidores de fertilizantes do mundo e importa cerca de 80% do volume que utiliza. Com amplo uso na agricultura, os fertilizantes são substâncias que levam nutrientes às plantas e favorecem o crescimento e, por consequência, na ampliação da produção de alimentos.

O diretor industrial e presidente interino da Ansa, Marcelo dos Santos Faria, aponta que a produção de fertilizante é uma "operação estratégica".

"A Ansa volta a produzir ureia em um momento em que ampliar a capacidade interna desse insumo é cada vez mais relevante para o Brasil", diz.

HIBERNADA EM 2020

A Ansa é uma subsidiária da Petrobras e estava hibernada, isto é, parada, desde 2020. À época, a justificativa para interrupção das atividades foi a de que a unidade operava com prejuízo.

A decisão de reativar a fábrica de Araucária foi anunciada em 2024. Na primeira entrevista após assumir o cargo, em maio de 2024, a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, manifestou o interesse da estatal em investir na produção doméstica do insumo agrícola.

Para voltar a produzir fertilizantes em Araucária, a Petrobras investiu R\$ 870 milhões. A fábrica passou por um ciclo de preparação, com manutenções, inspe-

ções técnicas, testes operacionais e recomposição de equipes.

TRABALHADORES

A fase mobilização para retomar a produção gerou mais de 2 mil empregos. Segundo a estatal, cerca de 700 pessoas trabalharão na operação regular da fábrica. A coordenadora-geral da FUP, Cibele Vieira, afirmou, em nota, que "é com muita emoção que comemoramos o início da produção".

Para ela, é o maior símbolo de que "a luta vale a pena".

"Mesmo que no imediato não conseguimos impedir o fechamento da fábrica, a resistência possibilitou a retomada", completou.

PETROBRAS

Produção de óleo e gás cresce 16,4% no primeiro trimestre de 2026

DENISE LUNA E GABRIELA DA CUNHA/AE

A Petrobras fechou o primeiro trimestre do ano com produção média de 3,197 milhões de barris diários (boed) de óleo equivalente (petróleo e gás natural), uma alta de 16,4% na comparação com o mesmo período de 2025. Na comparação com o trimestre imediatamente

anterior, a produção subiu 3,8%. A produção comercial de óleo e gás foi de 2,831 milhões de boed no primeiro trimestre de 2026, alta de 15,9% ante o primeiro trimestre de 2025, e alta de 3,4% contra a média dos três meses imediatamente anteriores.

A produção de petróleo foi de 2,583 milhões de barris por dia (bpd) no primeiro trimestre des-

te ano, 16,3% maior do que no primeiro trimestre de 2025. Já em relação ao trimestre anterior, a alta foi de 3,2%.

Segundo a Petrobras, os resultados se dão, principalmente, em função do ramp-up dos FPSOs P-78, no campo de Búzios, Alexandre de Gusmão, no campo de Mero, Anna Nery e Anita Garibaldi nos campos de Marlim e Voador.

A produção de gás natural totalizou 613 mil boed, alta de 16,5% na comparação com um ano antes, e mais 6,2% em relação ao último trimestre de 2025.

No pré-sal, foram extraídos, em média, 2,189 milhões de bpd de janeiro a março, alta de 17,8% ante o primeiro trimestre de 2025 e mais 3,5% contra o último trimestre do ano de 2024.

2027

Supremo mantém reoneração gradual da folha de pagamento

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu quinta-feira manter o modelo atual de desoneração da folha de pagamentos, com reoneração gradual entre 2025 e 2027 para 17 setores da economia e municípios.

A decisão preserva o acordo firmado entre governo e Congresso, apesar de a Corte ter considerado inconstitucional, por 8 votos a 2, a lei que prorrogava o benefício até 2027.

Na prática, nada muda no cronograma já em vigor. As empresas continuarão migrando, aos poucos, de um modelo com carga tributária reduzida para o regime tradicional, até a retomada integral da cobrança sobre a folha de salários em 2028.

O QUE O STF DECIDIU

O tribunal entendeu que a lei aprovada pelo Congresso no fim de 2023, que estendia a

desoneração, é inconstitucional por não apresentar estimativas de impacto nas contas públicas nem indicar fontes de compensação.

Ao mesmo tempo, os ministros mantiveram válido o acordo posterior entre Executivo e Legislativo, que redesenhou a política com uma transição gradual até 2027.

Com isso, a Corte também fixou o entendimento de que benefícios fiscais só podem ser aprovados se vierem acompanhados de estimativa de impacto orçamentário e financeiro.

DESONERAÇÃO

Criada em 2011, a desoneração da folha permite que empresas deixem de pagar a contribuição previdenciária de 20% sobre a folha de pagamento e passem a contribuir com uma alíquota menor, entre 1% e 4,5%, aplicada sobre a receita bruta.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

ACESSE NOSSO SITE

FAIXA DE 700 MHz

Justiça cassa liminar que travava leilão de frequência da Anatel

JOÃO CAIRES/AE

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) suspendeu quinta-feira, a liminar que travou o andamento do leilão da faixa de 700 MHz que seria realizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A reguladora pode realizar o leilão

a partir de segunda-feira, segundo o edital.

A decisão, assinada pela desembargadora federal Monica Autran Machado Nobre, suspende os efeitos da liminar concedida em primeira instância para a Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (TelComp).

Ao analisar o recurso apresentado pela Brisnet, a relatora entendeu que o edital não estabelece vedação absoluta à formação de consórcios, mas limitação específica para a primeira rodada, além de prever rodadas sucessivas com ampliação progressiva de participantes.

A magistrada também considerou plausível, em análise pre-

liminar, a justificativa técnica alinhada a diretrizes de política pública e destacou o risco de prejuízos ao interesse público e a investimentos com a paralisação do processo.

Com a decisão, ficam autorizadas a realização da sessão de abertura, a análise e o julgamento das propostas conforme as regras do edital.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

CNPJ/ME nº 05.982.449/0001-16 - NIRE 33.3.0034948-1
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2026

DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 17 de abril de 2026, às 9:30 horas, na sede da Energética Serra da Prata S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **MESA:** Presidente - Sr. José Guilherme Cruz Souza, Secretária - Sra. Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca. **PRESEÇA:** acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **CONVOCAÇÃO:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, §4º da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença da acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a reeleição dos membros do Conselho de Administração. **DELIBERAÇÕES:** Após o exame, a discussão e a votação das matérias constantes da ordem do dia, a acionista deliberou, sem quaisquer restrições ou ressalvas, a aprovação da reeleição das seguintes pessoas para compor o Conselho de Administração da Companhia: (i) Sr. José Guilherme Cruz Souza, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 835772, expedida pelo SSP/ES, inscrito no CPF/ME sob o nº 003.669.617-05, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia; (ii) Sr. Felipe Monteiro Bastos Viveiros de Moura, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 28.854.743-3, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 158.823.107-09, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia e (iii) Sr. Rodrigo Costa Rocha, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 64842263, inscrito no CPF/ME sob o nº 005.456.317-85, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, todos com o escritório na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Bartolomeu Mitre nº 336, 5º andar, parte, Leblon, CEP 22.431-002. Os Conselheiros ora eleitos terão mandato até **02 de maio de 2028** e tomam posse de seus cargos nesta data, mediante assinatura dos Termos de Posse e Declarações de Desimpedimento que integram a presente ata na forma dos Anexos I-A, I-B e I-C. Findas as deliberações, fica a Administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta Assembleia, incluindo os registros públicos e societários e as correspondentes anotações nos livros sociais. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois da lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **ASSINATURAS:** Mesa: José Guilherme Cruz Souza (Presidente) e Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca (Secretária). Acionista: Monte Pascoal Holding S.A.. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro. **José Guilherme Cruz Souza - Presidente da Mesa, Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca - Secretária.** JUCERJA: Certifico o arquivamento em 30/04/2026 sob o nº 00007742835, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

ARCOVERDE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 28.008.887/0001-83 - NIRE 33.3.0033453-0
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2026.

DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 17 de abril de 2026, às 8:30 horas, na sede da Arcoverde Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **MESA:** Sr. José Guilherme Cruz Souza como Presidente e Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca como Secretária. **PRESEÇA:** acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **CONVOCAÇÃO:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, §4º da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença da acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** Após o exame, a discussão e a votação das matérias constantes da ordem do dia, o acionista deliberou, sem quaisquer restrições ou ressalvas, a aprovação da reeleição das seguintes pessoas para compor o Conselho de Administração da Companhia: (i) Sr. José Guilherme Cruz Souza, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 835772, expedida pelo SSP/ES, inscrito no CPF/ME sob o nº 003.669.617-05, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia; (ii) Sr. Felipe Monteiro Bastos Viveiros de Moura, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 28.854.743-3, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 158.823.107-09, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia e (iii) Sr. Rodrigo Costa Rocha, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 64842263, inscrito no CPF/ME sob o nº 005.456.317-85, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, todos com o escritório na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Bartolomeu Mitre nº 336, 5º andar, parte, Leblon, CEP: 22.431-002. Os Conselheiros ora eleitos terão **mandato até 02 de maio de 2028** e tomam posse de seus cargos nesta data, mediante assinatura dos Termos de Posse e Declarações de Desimpedimento que integram a presente ata na forma dos Anexos I-A, I-B e I-C. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta Assembleia, incluindo os registros públicos e societários e as correspondentes anotações nos livros sociais. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois da lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **ASSINATURAS:** Mesa: José Guilherme Cruz Souza (Presidente) e Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca (Secretária). Acionista: V21 Energia S.A. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro. **José Guilherme Cruz Souza - Presidente da Mesa, Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca - Secretária.** JUCERJA: Certifico o arquivamento em 30/04/2026 sob o nº 00007742665, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

INSTITUTO NOVO SER

- EDITAL DE CONVOCAÇÃO -

O Instituto Novo Ser, em nome da nova governança, convoca presença na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no dia 11 de maio de 2026, às 17 horas, em primeira convocação, e às 17h30 em segunda convocação, via plataforma digital (<https://meet.google.com/shn-wayv-shj>)

VIEDMA RJ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ/ME nº 34.595.494/0001-16 - NIRE 33.211.403.307

Rerratificação Ata Reunião Extraordinária de Sócios de 17/02/2025
Data, Hora e Local: 17/02/2025, às 15 horas, na sede, Mesa: Presidente: Marcelo Dzik. Secretário: Francivan Araújo da Silva. Convocação: Dispensada. Presentes: Totalidade. Ordem do Dia e Deliberações: Retificação da deliberação publicada no DOERJ e DIÁRIO DO ACIONISTA EM EDIÇÃO DE 20/02/2025, onde por um lapso constou o seguinte erro: ONDE SE LE: "...redução do capital social da Sociedade em R\$ 50.000.000,00, mediante cancelamento de 50.000.000 de quotas da Sociedade", LEIA SE: considerarem que o valor de R\$35.000.000,00 do capital social é excessivo ao objeto da Sociedade e, o valor de R\$ 15.000.000,00 deverá ser objeto de absorção de prejuízos incorridos pela Sociedade, aprovando, desta forma a redução total do capital social da Sociedade em R\$ 50.000.000,00, mediante cancelamento de 50.000.000 de quotas da Sociedade. Encerramento: A ata foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025. Mesa: Marcelo Dzik - Presidente, Francivan Araújo da Silva - Secretário. Sócio: Estoque Residencial e Comercial Rio de Janeiro Fundo de Investimento Imobiliário Por: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. p.p. Paulo Henrique Amaral Sá e Vanessa Rigolizzo Reis.

PTR11 Investimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/ME nº 23.159.463/0001-04 - NIRE 33.2.1064584-6

Extrato da 23ª Vigésima Terceira Alteração da Sociedade Empresária
Pelo presente instrumento particular, **Dulce Pugliese de Godoy Bueno**, brasileira, médica, neste ato representada por seu procurador, Sr. **Alexandre de Araújo Abreu**, brasileiro, contador, na qualidade de sócia quotista e usufrutuária do direito de voto de quotas de sua propriedade dos sócios quotistas **Pedro de Godoy Bueno** e **Camilla de Godoy Bueno Grossi**, abaixo qualificados; **Pedro de Godoy Bueno**, brasileiro, economista, neste ato representado por seu procurador, Dr. **Gilberto João Ferreira da Costa**, brasileiro, médico; e **Camilla de Godoy Bueno Grossi**, brasileira, bióloga, neste ato representada por seu procurador, Sr. **Alexandre de Araújo Abreu**, brasileiro, contador. Representando a totalidade do capital social votante da sociedade empresária limitada **Ptr11 Investimentos Imobiliários Ltda.**, CNPJ/ME nº 23.159.463/0001-04 ("Sociedade"); **Resolvem:** I. 1.1 Verificado que o capital social é desproporcional para as atividades atualmente exercidas pela Sociedade, resolvem, nos termos em que faculta os arts. 1082, II c/c 1084, ambos do Código Civil vigente, reduzir o capital social da Sociedade de R\$ 36.845.681,00 para R\$ 35.645.681,00, sendo dita redução no valor de R\$ 1.200.000,00, devendo o valor da redução ser pago aos sócios, conforme itens 1.2 e 1.3 abaixo: 1.2 Em função da redução acima mencionada foi aprovado o cancelamento de 1.200.000 quotas representativas do capital social da Sociedade, a ser suportado pelos sócios quotistas, conforme segue: (a) cancelamento de 588.000 quotas de titularidade da sócia **Dulce Pugliese de Godoy Bueno**, qualificada acima; (b) cancelamento de 306.000 quotas de titularidade da sócia **Camilla de Godoy Bueno Grossi**, qualificada acima; e (c) cancelamento de 306.000 quotas de titularidade do sócio **Pedro de Godoy Bueno**, qualificado acima. 1.3 Em decorrência da redução de capital da Sociedade e do cancelamento de quotas referidas acima, foi aprovada a restituição de capital aos sócios quotistas, através da entrega aos sócios do valor total de R\$ 1.200.000,00, da seguinte forma: (a) R\$ 588.000,00 a serem entregues à sócia **Dulce Pugliese de Godoy Bueno**, qualificada acima; (b) R\$ 306.000,00 a serem entregues à sócia **Camilla de Godoy Bueno Grossi**, qualificada acima; e (c) R\$ 306.000,00 a serem entregues ao sócio **Pedro de Godoy Bueno**, qualificado acima. 1.4 Em decorrência das deliberações acima, resolvem os sócios modificar a **Cláusula 5ª** do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: "**Cláusula 5ª:** O capital social da Sociedade é de R\$ 35.645.681,00, em moeda corrente nacional do País, totalmente subscrito e integralizado, dividido 35.645.681 quotas, no valor de R\$1,00 cada uma, assim distribuídas entre os sócios: **Sócio:** Dulce Pugliese de Godoy Bueno; **Nº. de quotas:** 17.466.383; **Valor em R\$:** 17.466.383,00. **Sócio:** Pedro de Godoy Bueno; **Nº. de quotas:** 9.089.649; **Valor em R\$:** 9.089.649,00. **Sócio:** Camilla de Godoy Bueno Grossi; **Nº. de quotas:** 9.089.649; **Valor em R\$:** 9.089.649,00. **Total Total do Nº. de quotas:** 35.645.681. **Total do Valor em R\$:** 35.645.681,00. **1ª:** Com relação ao sócio Pedro de Godoy Bueno, 9.089.649 quotas estão gravadas com a cláusula de impenhorabilidade vitalícia, sem prejuízo de sua livre disponibilidade, estando as mesmas quotas gravadas, ainda, com usufruto vitalício sobre o direito de voto em favor da sócia Dulce Pugliese de Godoy Bueno. **2ª:** Com relação à sócia Camilla de Godoy Bueno Grossi, 9.089.649 quotas estão gravadas com a cláusula de impenhorabilidade vitalícia, sem prejuízo de sua livre disponibilidade, estando as mesmas quotas gravadas, ainda, com usufruto vitalício sobre o direito de voto em favor da sócia Dulce Pugliese de Godoy Bueno. **3ª:** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, não respondendo os sócios, nem subsidiariamente pelas obrigações sociais, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social. **II** Aprovada a consolidação do Contrato Social da Sociedade. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2026.

RE.GREEN PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 42.786.903/0001-90

Balancos patrimoniais em 31/12/2025 e de 2024 (Em milhares de Reais)					Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31/12/2025 e de 2024 (Em milhares de Reais)					Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31/12/2025 e de 2024 (Em milhares de Reais)					
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado		Fluxos de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024		2025	2024		
Ativo circulante															
Caixa e equivalentes de caixa	5	50.326	51.874	208.458	57.764	7.404	-	2.051	2.313						
Contas a receber		-	-	81	171	(3.802)	-	(1.079)	(938)						
Estoques	6	-	-	11.194	4.092	3.602	-	973	1.375						
Adiantamentos		1.497	1.361	5.519	4.547	(51.191)	(69.414)	(73.375)	(79.382)						
Despesas pagas antecipadamente		161	183	204	198										
Total do ativo circulante		51.984	53.418	225.456	66.772										
Ativo não circulante															
Aplicações financeiras	7	4.649	-	32.755	-	(71.690)	(84.456)	(71.813)	(77.700)						
Tributos a recuperar		4.245	3.860	5.551	5.423	19	12.858	11.013	18.301	11.016					
Outros créditos LP		120	120	120	120	19	(3.560)	(1.494)	(8.879)	(8.213)					
Mútuo com partes relacionadas	22.1	6.370	6.270	6.370	6.270										
Partes relacionadas A CP		2.996	2	-	-										
Ativo biológico	11	-	-	20.561	10.701										
Investimentos	8	166.598	228.986	-	-										
Imobilizado	9	3.788	2.753	304.114	260.032										
Intangível	10	3.614	3.405	3.633	3.433										
Arrendamentos	15	-	-	24.080	-										
Total do ativo não circulante		192.380	245.396	397.184	285.979										
Total do ativo		244.364	298.814	622.640	352.752										
Passivo															
Passivo circulante															
Empréstimos e financiamentos	14	5.296	-	5.296	-										
Fornecedores	12	2.129	1.807	18.026	4.275										
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		7.904	10.901	8.484	11.282										
Obrigações tributárias		216	78	556	347										
Arrendamentos a pagar	15	-	-	3.525	-										
Adiantamento de clientes	13	-	-	7.425	-										
Outras obrigações CP		74	129	48	136										
Adiantamentos		26	-	234	-										
Mútuo com partes relacionadas	22.2	12.600	-	12.600	-										
Total do passivo circulante		28.218	12.915	56.148	16.040										
Passivo não circulante															
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	179.213	-										
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		2.441	1.856	2.441	1.856										
Mútuo com partes relacionadas P LP	22.2	-	11.489	-	11.489										
Partes relacionadas P CP		14	-	-	-										
Arrendamentos a pagar	15	-	-	19.301	-										
Adiantamento de clientes	13	-	-	149.849	50.812										
Total do passivo não circulante		2.455	13.345	350.804	64.157										
Patrimônio líquido															
Capital social	17	420.163	420.162	420.163	420.162										
Reservas de capital		22.010	18.485	22.010	18.485										
Resultados acumulados		(228.484)	(166.092)	(228.484)	(166.092)										
Total do patrimônio líquido atribuído aos sócios controladores		213.688	272.555	213.688	272.555										
Participação de não controladores		-	-	2.000	-										
Total do patrimônio líquido		213.688	272.555	215.688	272.555										
Total do passivo e do patrimônio líquido		244.363	298.814	622.640	352.752										
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31/12/2025 e de 2024 (Em milhares de Reais)															
		Reser-	Patrimônio	Participa-											
		va de	líquido dos	ção de											
		Acumula-	acionistas	não											
		dos	controladores	controla-											
		dos	dores	dores											
		Capital													
		Social													

FRAUDES

Operação mira clínicas que tratam crianças com autismo

Um esquema criminoso envolvendo clínicas que atendem crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) foi alvo de uma operação da Polícia Civil quinta-feira, em três cidades paulistas. Os agentes foram às ruas cumprir 12 mandados de busca e apreensão em Barueri e Mogi das Cruzes, na Grande São

Paulo, e em Jacareí, no interior do Estado.

Segundo a polícia, a investigação apontou que o grupo simulava atendimentos, emitia laudos médicos falsos e ainda entrava com ações judiciais para obrigar planos de saúde a custear procedimentos inexistentes ou com valores inflados. A polícia informou que a prática

causava prejuízos financeiros expressivos às famílias das crianças.

Além disso, a polícia indicou o agravante de que o esquema atingia diretamente as crianças, com diagnósticos indevidos e intervenções terapêuticas inadequadas, "em afronta a princípios fundamentais de proteção e boa-fé".

Os policiais da 2ª Delegacia da Divisão de Investigação Gerais (DIG), do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), investigam os crimes de estelionato e contra a fé pública. A operação de quinta-feira envolveu cerca de 40 agentes em viaturas e carros descaracterizados, informou a polícia.

MORADIAS

SP entrega Parque Palafitas e avança na requalificação de área de mangue

O Governo de São Paulo entregou quinta-feira, em parceria com a prefeitura de Santos, 60 moradias do projeto-piloto Parque Palafitas. O plano inédito de urbanização no Brasil vai levar mais dignidade às famílias da Vila Gilda, localizada em área de mangue na zona noroeste do município. O plano promove a recuperação ambiental e o bem-estar dos moradores, garantindo a manutenção de vínculos com a vizinhança e a proximidade ao trabalho e aos serviços públicos.

Com moradias construídas sobre as águas e completo sistema de infraestrutura, as unidades habitacionais são resultado de parceria entre o Estado, que repassou R\$ 27,4 milhões via Secretaria de Governo e Relações Institucionais; contrapartida do município, que ficou também responsável pelas obras, e o governo federal, que cedeu a área.

O plano, elaborado pelo escritório do urbanista e ex-prefeito de Curitiba, Jaime Lerner (1937-2021), integra unidades habitacionais edificadas sobre lajes de concreto nas águas e um pier flutuante, com sistema de infraestrutura sustentável, com captação de energia solar para atendimento às áreas comuns.

"Hoje eu tenho aqui uma área que foi urbanizada, com saneamento básico, que vai oferecer moradias com dignidade. Tem comércio e tem espaço para reunião comunitária. É uma diferença enorme. Estamos transformando o bairro da Vila Gilda, o antigo Dique da Vila Gilda. O mangue faz parte da cultura caieira. As pessoas têm direito de continuar morando aqui, mas sempre com dignidade. É por isso que ampliamos esse projeto e autorizamos mais 350 moradias em janeiro, quando visitamos essa área. Vamos atender mais pessoas e construir mais casas", afirmou o governador Tarcísio de Freitas.

As obras do projeto-piloto contemplam seis conjuntos habitacionais, sendo quatro prédios de apartamentos, com 44 unidades, e dois de casas, cada um com oito residências térreas, sendo quatro para pessoas com deficiência (PcD). O projeto leva soluções centradas nas pessoas, além de mais sustentáveis, com captação de energia solar para atendimento às áreas comuns.

O plano inovador foi destaque no evento Smart City Expo World Congress, em Barcelona (Espanha), em 2024, apresentado pela arquiteta e urbanista Ariadne Daher, sócia do escritório Jaime Lerner. Também foi apresentado pela Prefeitura de Santos em 2022, durante a 14ª Conferência Anual da Rede de Cidades Criativas da Unesco, realizada no município da Baixada Santista.

"A Vila Gilda é lar de pessoas persistentes que a reconhecem como o local de dignidade, local de trabalho, de viver. É aqui que está a história dessas pessoas e a gente quer que elas permaneçam aqui, mas com sossego,



GOVERNO DO ESTADO DE SP

com tranquilidade, com segurança, com casa própria, com policlínica, com centro da juventude e com o Bom Prato", afirmou o prefeito de Santos, Rogério Santos.

Construído em uma área de 4 mil metros quadrados, o Parque Palafitas tem, além do núcleo residencial, dois blocos comerciais, um com quatro salas e o outro com três, que integram conjuntos sanitários (banheiros masculino e feminino), além de instalações para a associação de moradores.

As edificações comerciais possuem placas para captação de energia solar no telhado, que atenderão as áreas comuns. As calçadas são acessíveis e contam com piso em ladrilho hidráulico podotátil. Há área ajardinada e a iluminação está garantida por dois transformadores e quatro postes, com luminárias de LED e potência máxima de 350 watts.

RESILIÊNCIA

Por estar inserido em área de mangue, o Palafitas foi construído em nível superior, de maneira a evitar alagamentos. O núcleo dispõe de fornecimento de água e captação de esgotos a cargo da Sabesp e conta com três caixas hidráulicas entre os prédios, sendo uma destinada à água de sabão (o líquido segue direto para o ramal de captação assentado na rua), outra para a água de esgoto (líquido que contém também gordura) e a terceira, para a coleta da água pluvial.

O sistema de combate a incêndios é integrado por extintores disponibilizados em todos os prédios e central de alarme nas edificações de três e quatro andares, que também contam com hidrantes.

DETALHES DOS IMÓVEIS

Cada apartamento do Parque Palafitas tem 41,6 m² de área privativa, com sala, dois quartos, cozinha conjugada com lavanderia, banheiro (2,31m²) e área de circulação. Doze casas dispõem, cada uma, de 48,06m² de área construída,

com sala de estar e jantar integrados, cozinha, área de serviço, dois quartos, banheiro e varanda dos fundos.

As quatro casas para pessoas com deficiência contam com sala, dois dormitórios, cozinha, banheiro e área de serviço. Todas as habitações dispõem de piso cerâmico, paredes de gesso acartonado (drywall), cimento polido na área de serviço e revestimento cerâmico nas áreas molhadas.

CONSTRUÇÃO

O projeto de revitalização começou a ser viabilizado mediante a utilização da metodologia de estaqueamento com laje, aplicada em outros países e semelhante à empregada na construção de terminais portuários.

São sete lajes de apoio, concretadas sobre 212 estacas com blocos de fundação, firmadas a uma profundidade entre 30 e 35 metros. Elas foram executadas com vigas em concreto armado moldadas no local e lajes pré-moldadas, que têm ainda uma camada de consolidação com tela soldada e concreto usinado.

O entorno da área das lajes suspensas sobre o mangue conta com proteção de guarda-corpo com peças de cobogó, protegendo os moradores do conjunto de casas térreas do mangue. Outra parte do guarda-corpo é em estrutura metálica. No total, serão 205 metros de extensão de guarda-corpos.

SISTEMA VIÁRIO

Entre as obras a cargo da Prefeitura estava a construção do novo sistema viário e da infraestrutura urbana no entorno do Parque Palafitas.

As obras envolveram limpeza e demolições em 3.307,41m² de terreno, terraplenagem e nivelamento da área e instalação de sistema de drenagem com 181,70 m de tubulações de polietileno de alta densidade (500 a 800 milímetros de diâmetro) e bocas de lobo, sendo 16 simples e três duplas, além de um poço de visita para facilitar vis-

torias e limpeza nesse trecho da rede.

As melhorias incluem ainda a pavimentação asfáltica em aproximadamente 850m² da Avenida Jornalista Armando Gomes (antiga Beira-Rio), entre a rotatória e a Rua Joaquim Teixeira de Carvalho, que vai facilitar o acesso ao núcleo residencial.

MAIS MORADIAS

Em janeiro, o Governo de São Paulo assinou convênio de R\$ 77 milhões com a Prefeitura de Santos e a Companhia de Habitação da Baixada Santista (Cohab-ST) para a construção de mais 350 unidades habitacionais na Vila Gilda.

O acordo viabiliza o repasse de recursos estaduais para a execução das obras de edificação das novas unidades, que serão conduzidas pela Cohab-ST, com o objetivo de garantir moradia definitiva a famílias que hoje vivem em áreas inundáveis e em condições de alta vulnerabilidade socioambiental.

A fundação dos imóveis será realizada pelo município, em parceria com o Governo Federal. As novas unidades serão implantadas nas Áreas A e B do território, com 176 moradias em uma área e 174 na outra. As famílias beneficiadas com as moradias serão indicadas pela Prefeitura.

TARIFA ÚNICA

Durante a agenda de desta quinta-feira, o governador também visitará as obras do Hospital Pediátrico do Complexo Areia Branca, realizadas pelo município, além de iniciativas no bairro Rádio Clube, como o mutirão da Tarifa Social da Sabesp, o Centro de Convivência e o projeto social e cultural Arte no Dique. O instituto, que atua há mais de 20 anos na zona noroeste de Santos, promove oficinas de música, dança, teatro e artes visuais para a comunidade da Vila Gilda. A iniciativa recebeu investimento estadual de R\$ 800 mil, via Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativas, e conta com patrocínio da Sabesp.

PREFEITURA

40 mil livros: MP apura se Osasco descartou acervo de biblioteca

RARIANE COSTAAE

O Ministério Público de São Paulo (MP-SP) instaurou um inquérito civil para investigar o descarte de parte do acervo da Biblioteca Pública Municipal Monteiro Lobato, em Osasco, na Grande São Paulo. Cerca de 40 mil livros teriam sido jogados no lixo.

A investigação foi aberta após a circulação de imagens que mostram livros sendo retirados do local e depositados em caçambas.

A apuração, aberta na última terça-feira, busca esclarecer possíveis danos ao patrimônio público, cultural e histórico, além de eventual dano moral coletivo. Segundo a portaria, a prefeitura teria justificado a medida com base na suposta contaminação dos exemplares por fungos, argumento que, para o MP, precisa ser analisado sob critérios técnicos.

Segundo vídeo publicado pelo prefeito de Osasco, Gerson Pessoa (Pode), os livros não foram descartados e estão "preservados e armazenados em um almoxarifado".

Ele reconheceu, no entanto, falhas na condução do processo. "Quero reconhecer, com muita humildade, o erro do nosso governo na forma como esses livros foram transportados", declarou. Imagens que circulam nas redes sociais mostram diversos exemplares jogados, sem proteção ou qualquer tipo de organização

O prefeito informou ainda que a administração abriu uma apuração interna e que eventuais responsáveis serão punidos caso irregularidades sejam confirmadas.

Na portaria de abertura do inquérito, o MP ressaltou que bibliotecas públicas são equipamentos culturais essenciais e que seus acervos "não podem ser tratados como mero conjunto de bens móveis substituíveis", mas como patrimônio coletivo voltado ao acesso à cultura, à memória e à informação.

O órgão também aponta que o fato de a unidade estar fechada desde 2020, sob justificativa de reforma e sem previsão clara de reabertura por longo período, agrava a preocupação com a conservação dos materiais. De acordo com Pessoa um instituto especializado foi contratado para avaliar as condições do acervo antes da reabertura da biblioteca, prevista, segundo ele, para o segundo semestre de 2026.

O Ministério da Cultura também se manifestou sobre o caso afirmando que as imagens geraram indignação, destacando que o acervo inclui obras de autores locais e coleções antigas relevantes para a memória cultural da cidade. A pasta afirmou estar em contato com a Secretaria de Cultura de Osasco "para oferecer apoio técnico no que for possível para que a comunidade possa ter garantido o acesso ao livro, à leitura e à literatura".

Nota

CONDENAÇÃO DE PM QUE MATOU JOVEM POR FURTO DE SABÃO É ANULADA

A Justiça de São Paulo anulou a decisão que condenou o policial militar Vinícius de Lima Britto, preso por atirar e matar Gabriel Renan da Silva Soares, de 26 anos, em novembro do ano passado, na zona sul de São Paulo. Em decisão publicada no último dia 23, o relator Alberto Anderson Filho determinou que o policial militar seja submetido a uma nova julgamento pelo Tribunal do Júri. Para o relator, o homicídio culposo embasado apenas na versão do réu, em dissonância com o conjunto de provas apresentadas nos autos, não permite concluir que o policial militar agiu em legítima defesa. Segundo o magistrado, "a decisão do Conselho de Sentença carece de suporte probatório. Com efeito, o réu narrou em seu interrogatório que não conseguia visualizar as mãos da vítima e tinha certeza de que ela scaria uma arma".

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ: 41.811.375/0001-19 - NIRE: 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS EM QUATRO SÉRIES DA 185ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários em Quatro Séries da 185ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Da 1ª (Primeira) A 4ª (Quarta) Séries Da 185ª (Centésima Oitavoésima Quinta) Emissão De Certificados De Recebíveis Imobiliários Da Canal Companhia De Securitização, Lastreados Em Créditos Imobiliários Devidos Pela Colmeia Le Jardin Empreendimentos Imobiliários Sps Ltda.", ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 20 de maio de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a concessão de waiver, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme a Cláusula 8.1.1, subitem (ii), do "Termo Da 1ª (Primeira) Emissão De Notas Comerciais, em 4 (Quatro) Séries, Com Garantias Reais E Fiduciárias, Para Colocação Privada, Da Colmeia Le Jardin, Empreendimentos Imobiliários Sps Ltda." ("Nota Comercial"); outrossim a Cláusula 9.1.1, subitem (ii), do "Termo de Securitização, em razão do descumprimento da apresentação do termo de liberação da garantia de cessão fiduciária, referente ao Imóvel Matrícula Mãe prestada no âmbito da 7ª (sétima) emissão, em série única, da Reit Securitizadora S.A., conforme a Cláusula 5.7, item (ii), da Nota Comercial; bem como a Cláusula 5.4, item (ii), do Termo de Securitização; (iii) Aprovar a concessão de waiver, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme a Cláusula 8.1.1, subitem (ii), da Nota Comercial, em decorrência da ausência do registro do 1º (primeiro) Aditamento a Nota Comercial, conforme as Cláusulas 2.4, 2.4.1 e 2.4.1.1, do referido instrumento; (iii) Caso aprovado o item "i" e "ii" acima, conceder o prazo adicional de 30 (trinta) dias, a contar da formalização da ata, para o cumprimento da obrigação e da condição precedente referida; (iv) Ratificar o cumprimento intempetivo das Condições Precedentes, conforme a Cláusula 5.7, da Nota Comercial; (v) Aprovar a alteração da Cláusula 5.7, item (ii), da Nota Comercial, para que passe a vigorar conforme a seguir: "5.7. (i) apresentar o termo de liberação da garantia de cessão fiduciária referente ao Imóvel Matrícula Mãe, prestada no âmbito da 7ª (sétima) emissão, em série única, da Reit Securitizadora S.A." (vi) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail at.assembleias@inveitri.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI COLMEIA LE JARDIN 185", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a) quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b) quando pessoa jurídica: (i) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (ii) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c) quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador do fundo, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d) quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhada a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. A instrução de voto à distância deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, acompanhada de cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema FUNDO.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Na hipótese de celebração de operação comprometida pelos Titulares dos CRI junto a terceiros, o respectivo Titular dos CRI deverá comprovar à Emissora e ao Agente Fiduciário que todos os direitos políticos sobre o ativo, assim entendidos como aqueles relacionados aos direitos de reunião, deliberação, aprovação e reprovação de todo e qualquer tema objeto ou que possa ser objeto de assembleia, permanecem sob sua titularidade e livre exercício, mediante o envio de (i) declaração dos respectivos Titulares dos CRI; (ii) envio da tela CETIP (Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados) refletindo as quantidades totais dos CRI, em nome do titular, em nome do titular; e (iii) e-mail e/ou contrato com a formalização da referida operação comprometida, a serem analisados e aprovados antes da assembleia. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 01 de maio de 2026. **Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna** - Diretor de Securitização

EÓLICA MANGUE SECO 3 – GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ/ME nº 11.643.567/0001-00 - NIRE 33.3.0034031-9
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2026.
DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 17 de abril de 2026, às 12:30 horas, na sede da Eólica Mangue Seco 3 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **MESA:** Sr. José Guilherme Cruz Souza como Presidente e Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca como Secretária. **PRESEÇA:** acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **CONVOCAÇÃO:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, §4º da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença da acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** Após o exame, a discussão e a votação das matérias constantes da ordem do dia, o acionista deliberou, sem quaisquer restrições ou ressalvas, a aprovação da reeleição das seguintes pessoas para compor o Conselho de Administração da Companhia: (i) Sr. **José Guilherme Cruz Souza**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 835772, expedida pelo SSP/ES, inscrito no CPF/ME sob o nº 003.669.617-05, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia; (ii) Sr. **Felipe Monteiro Bastos Viveiros de Moura**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 28.854.743-3, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 158.823.107-09, para o cargo de membro de Conselho de Administração da Companhia e (iii) Sr. **Rodrigo Costa Rocha**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 64842263, inscrito no CPF/ME sob o nº 005.456.317-85, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, todos com o escritório na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Bartolomeu Mitre nº 336, 5º andar, parte, Leblon, CEP: 22.431-002. Os Conselheiros ora eleitos terão **mandato até 02 de maio de 2028** e tomam posse de seus cargos nesta data, mediante assinatura dos Termos de Posse e Declarações de Desimpedimento que integram a presente ata na forma dos Anexos I-A, I-B e I-C. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta Assembleia, incluindo os registros públicos e societários e as correspondentes anotações nos livros sociais. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois da lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **ASSINATURAS:** Mesa: José Guilherme Cruz Souza (Presidente) e Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca (Secretária). Acionista: V21 Energia S.A. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro. **José Guilherme Cruz Souza - Presidente da Mesa, Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca - Secretária.** JUCERJA: Certifico o arquivamento em 30/04/2026 sob o nº 00007744213, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

EÓLICA MANGUE SECO 4 – GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ/ME nº 11.643.647/0001-58 - NIRE 33.3.0034051-3
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2026.
DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 17 de abril de 2026, às 13:30 horas, na sede da Eólica Mangue Seco 4 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **MESA:** Sr. José Guilherme Cruz Souza como Presidente e Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca como Secretária. **PRESEÇA:** acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **CONVOCAÇÃO:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, §4º da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença da acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** Após o exame, a discussão e a votação das matérias constantes da ordem do dia, o acionista deliberou, sem quaisquer restrições ou ressalvas, a aprovação da reeleição das seguintes pessoas para compor o Conselho de Administração da Companhia: (i) Sr. **José Guilherme Cruz Souza**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 835772, expedida pelo SSP/ES, inscrito no CPF/ME sob o nº 003.669.617-05, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia; (ii) Sr. **Felipe Monteiro Bastos Viveiros de Moura**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 28.854.743-3, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 158.823.107-09, para o cargo de membro de Conselho de Administração da Companhia e (iii) Sr. **Rodrigo Costa Rocha**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 64842263, inscrito no CPF/ME sob o nº 005.456.317-85, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, todos com o escritório na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Bartolomeu Mitre nº 336, 5º andar, parte, Leblon, CEP: 22.431-002. Os Conselheiros ora eleitos terão **mandato até 02 de maio de 2028** e tomam posse de seus cargos nesta data, mediante assinatura dos Termos de Posse e Declarações de Desimpedimento que integram a presente ata na forma dos Anexos I-A, I-B e I-C. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta Assembleia, incluindo os registros públicos e societários e as correspondentes anotações nos livros sociais. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois da lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **ASSINATURAS:** Mesa: José Guilherme Cruz Souza (Presidente) e Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca (Secretária). Acionista: V21 Energia S.A. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro. **José Guilherme Cruz Souza - Presidente da Mesa, Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca - Secretária.** JUCERJA: Certifico o arquivamento em 30/04/2026 sob o nº 00007744705, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

V21 ENERGIA S.A.
CNPJ/ME nº 34.395.916/0001-00 - NIRE 33.3.0033239-1
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2026.
DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 17 de abril de 2026, às 15:30 horas, na sede da V21 Energia S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **MESA:** Sr. José Guilherme Cruz Souza como Presidente e Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca como Secretária. **PRESEÇA:** acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **CONVOCAÇÃO:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, §4º da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença da acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** Após o exame, a discussão e a votação das matérias constantes da ordem do dia, o acionista deliberou, sem quaisquer restrições ou ressalvas, a aprovação da reeleição das seguintes pessoas para compor o Conselho de Administração da Companhia: (i) Sr. **José Guilherme Cruz Souza**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 835772, expedida pelo SSP/ES, inscrito no CPF/ME sob o nº 003.669.617-05, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia; (ii) Sr. **Felipe Monteiro Bastos Viveiros de Moura**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 28.854.743-3, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 158.823.107-09, para o cargo de membro de Conselho de Administração da Companhia e (iii) Sr. **Rodrigo Costa Rocha**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 64842263, inscrito no CPF/ME sob o nº 005.456.317-85, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, todos com o escritório na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Bartolomeu Mitre nº 336, 5º andar, parte, Leblon, CEP: 22.431-002. Os Conselheiros ora eleitos terão **mandato até 02 de maio de 2028** e tomam posse de seus cargos nesta data, mediante assinatura dos Termos de Posse e Declarações de Desimpedimento que integram a presente ata na forma dos Anexos I-A, I-B e I-C. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta Assembleia, incluindo os registros públicos e societários e as correspondentes anotações nos livros sociais. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois da lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **ASSINATURAS:** Mesa: José Guilherme Cruz Souza (Presidente) e Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca (Secretária). Acionista: Vinci Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, neste ato representado por sua gestora, Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro. **José Guilherme Cruz Souza - Presidente da Mesa, Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca - Secretária.** JUCERJA: Certifico o arquivamento em 30/04/2026 sob o nº 00007743669, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

Diário do
Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

NOVA ELEIÇÃO

Tribunal cassa mandato do governador de Roraima

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cassou o mandato do atual governador de Roraima, Edilson Damião, e determinou a realização de eleições diretas para o cargo.

O julgamento que decidiu pela cassação terminou na quinta-feira. Na decisão, o corte também declarou o ex-governador Antonio Denarium inelegível pelo prazo de oito anos.

Ambos foram condenados por abuso de poder político e econômico nas eleições de 2022. Denarium renunciou ao cargo de governador no dia 27 de março, para concorrer ao Senado Federal.

Além disso, o TSE determinou a execução imediata do julgado, independentemente da publicação do acórdão. A determinação também inclui a adoção de providências para a reali-

zação de novas eleições.

A presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia, ressaltou que, caso o Tribunal Regional Eleitoral do estado (TRE-RR) entenda haver inviabilidade técnica devidamente motivada para a realização da eleição na modalidade de direta, a questão deve ser comunicada e remetida para decisão do TSE.

ABUSO DE PODER

Edilson Damião e Antonio Denarium foram condenados pelo TRE de Roraima, no julgamento de uma Ação de Investigações Judicial Eleitoral (Aije) ajuizada pela coligação Roraima Muito Melhor, por abuso de poder político e econômico nas eleições gerais de 2022.

Na ocasião, o corte entendeu que houve uso da máquina pública para praticar ações proibidas a agentes públicos no período eleitoral.

Segundo o TRE, o uso da má-

quina pública teve por objetivo obter vantagens políticas na disputa, além de fazer uso eleitoral dos programas sociais Cesta da Família e Morar Melhor.

Entre as ações praticadas pelos dois durante o ano eleitoral estão:

- Distribuição de bens e serviços, com a entrega de cestas básicas e benefícios;
- Reforma de residências de famílias de baixa renda;
- Repasse de quase R\$ 70 milhões em recursos do governo estadual para 12 dos 15 municípios do estado, sem a observância de critérios legais;
- Extrapolação de gastos com publicidade.

Os dois foram condenados nos termos do artigo 224 do Código Eleitoral. Este dispositivo estabelece que, se a nulidade atingir a mais de metade dos votos do país nas eleições presidenciais, do estado nas eleições

federais e estaduais ou do município nas eleições municipais, serão julgadas prejudicadas as demais votações e o Tribunal marcará dia para nova eleição dentro do prazo de 20 a 40 dias.

OUTRO LADO

A defesa do governador Edilson Damião afirma que apresentará os recursos cabíveis ao TSE. Destaca ainda que há etapas formais a serem cumpridas, necessárias, conforme a legislação, para a produção de efeitos.

"Nesse contexto, o governador segue no exercício regular do cargo, assegurando a continuidade administrativa e o funcionamento normal dos serviços públicos. Reafirmamos o respeito às instituições e acompanharemos os desdobramentos com responsabilidade e observância à legislação vigente", diz a defesa do governador.

ESPECIAL

Publicidade digital avança e dados de intenção de consumo redefinem estratégias no mercado brasileiro

POR REDAÇÃO

O mercado publicitário brasileiro ampliou o uso de dados e tecnologia para orientar decisões de mídia em 2025, com crescimento dos investimentos digitais, avanço de novos formatos e maior foco na leitura da intenção de consumo dos usuários. Esse movimento ocorre em um cenário de alta conectividade no país, onde empresas buscam eficiência na alocação de recursos e maior previsibilidade de resultados.

Dados do estudo Digital AdSpend, do IAB Brasil em parceria com a Kantar Ibope Media, mostram que os investimentos em publicidade digital atingiram R\$ 42,7 bilhões em 2025, alta de 12,7% em relação ao ano anterior. O volume representa crescimento acumulado de 80% desde 2020 e consolida o ambiente digital como principal eixo das estratégias de comunicação das marcas.

O avanço acompanha mudanças no comportamento do consumidor. Segundo dados do DataReportal, 69,8% dos brasileiros utilizam a internet para pesquisar produtos e marcas, em um universo de 187,9 milhões de usuários conectados. Esse cenário amplia a relevância de sinais de intenção de consumo, que passaram a orientar campanhas em diferentes canais e momentos da jornada.

Na avaliação de Denise Porto Hruby, CEO do IAB Brasil, o crescimento do setor está associado à consolidação de estratégias baseadas em dados. Em entrevista, a executiva afirmou que o avanço dos investimentos "reflete a maturidade do merca-

do e a importância do digital nas decisões de comunicação", conforme apontado pelo estudo.

Além do volume financeiro, o levantamento indica mudanças na composição dos investimentos. O formato de vídeo concentrou 49% dos aportes, enquanto as redes sociais responderam por 55% da distribuição por canal, seguidas por ferramentas de busca e publishers. O crescimento de segmentos como retail media, que movimentou R\$ 4,8 bilhões no período, reforça a integração entre mídia e ambiente de consumo.

Esse cenário também evidencia uma transição no planejamento publicitário, com maior uso de dados proprietários e ferramentas de análise para identificar padrões de comportamento. A leitura desses sinais permite antecipar demandas e ajustar campanhas em tempo real, reduzindo dispersão de investimento.

Dados e intenção de consumo ganham centralidade nas estratégias

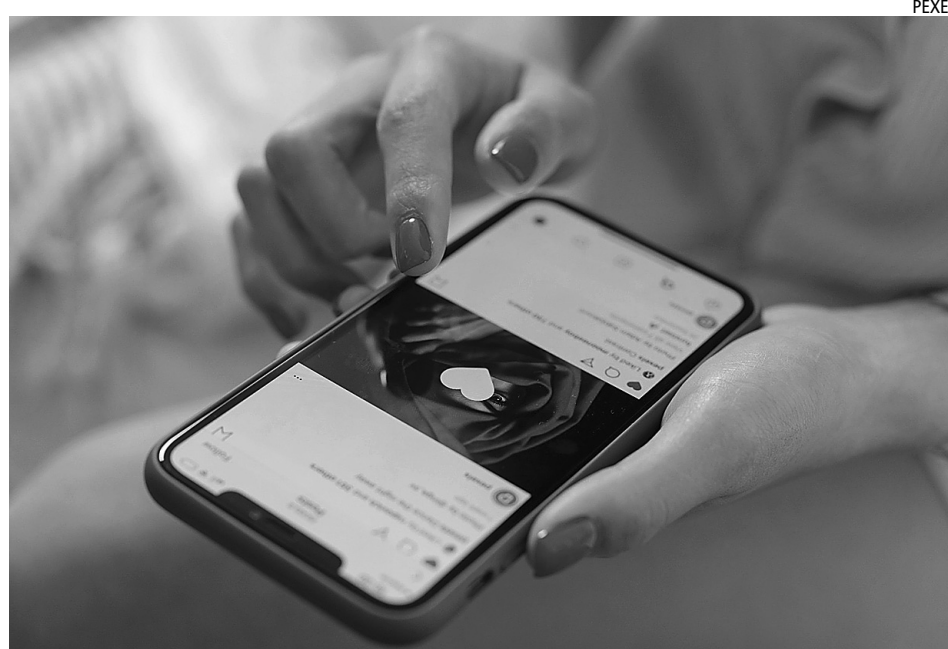
Especialistas apontam que a interpretação da intenção do consumidor se tornou um dos principais diferenciais competitivos. Ao mapear interações como buscas, navegação e engajamento, empresas conseguem direcionar mensagens com maior precisão e em estágios mais avançados da decisão de compra.

O uso desses dados ocorre em um ambiente de maior integração entre canais, com campanhas distribuídas entre plataformas digitais, mídia exterior digital e pontos de venda. Pela primeira vez, o estudo do IAB Brasil também estimou investimentos em DOOH (Digital Out of Home), que somaram R\$ 4,4 bilhões, indicando expansão para além do ambiente online.

Para analistas do setor, a combinação entre volume de dados e capacidade de análise tende a redefinir o papel das agências e anunciantes. A tendência é que decisões sejam cada vez mais baseadas em evidências de comportamento, com menor dependência de métricas tradicionais isoladas.

O cenário aponta para um mercado em que eficiência, mensuração e integração passam a orientar a estratégia publicitária. Com consumidores mais conectados e jornadas fragmentadas, a capacidade de interpretar sinais de intenção deve permanecer no centro das decisões de investimento nos próximos ciclos.

Publicidade digital avança e dados de intenção de consumo redefinem estratégias no mercado brasileiro



PEXELS

CONIVÊNCIA COM CRIME

Congresso derruba veto de Lula e mantém Dosimetria

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

O Congresso Nacional derrubou, quinta-feira, o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto) ao projeto de lei (PL) da Dosimetria, que reduz a pena dos condenados por tentativa de golpe de Estado ligados ao 8 de janeiro de 2023. O projeto de lei segue para promulgação.

No Senado, foram 49 votos favoráveis à derrubada do veto e 24 contrários. Eram necessários 41 senadores para derrubar o veto presidencial.

Na Câmara dos Deputados, 318 parlamentares votaram para beneficiar os golpistas, enquanto 144 deputados votaram contra e cinco se abstiveram. Eram necessários 257 votos para derrubar o veto.

Antes da votação, o presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP), fatiou a votação, excluindo os trechos que beneficiariam criminosos comuns ao reduzir o tempo para progressão de pena, mudança prevista no texto aprovado em dezembro de 2025.

O PL 2.162 de 2023 foi incluído como pauta única na sessão de hoje, entrando na frente de mais de 50 vetos, parciais ou totais, que aguardam na fila para análise do Parlamento.

O líder do governo na Câmara, deputado Pedro Uczai (PT-SC), pediu questão de ordem contra a votação do PL por entender que outros vetos teriam preferência, mas o apelo foi rejeitado por Alcolumbre.

"Nós estamos votando o tema da democracia e, portanto, o futuro de novas aventuras golpistas se derruba este veto, uma vez que está defendendo um grupo determinado, que é o de Jair Bolsonaro, e os generais golpistas que ten-



FRAME CANAL GOV

taram implantar golpe no país", disse a liderança governista.

Uczai lembrou ainda do plano de assassinatos contra o presidente eleito e o vice previsto na trama golpista.

"Não é esquerda ou direita. É se nós queremos democracia ou golpe ou ditadura, autoritarismo no Brasil. Liberdade, democracia, sim, ditadura nunca mais."

A derrubada do veto foi defendida pelo senador Espiridiano Amim (PP-SC), relator do PL, que justificou que o julgamento da trama golpista não teria sido justo.

"Eu quero, em primeiro lugar, dizer a todos os congressistas que estão aqui que este é um dia que pode permitir que se galgue ou se supere o primeiro degrau para a justiça e para a

harmonia política no Brasil", disse o parlamentar.

RAZÃO DO VETO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou o chamado PL da Dosimetria por entender que a proposta é inconstitucional e viola o interesse público ao reduzir penas de crimes contra a democracia.

"(O PL) daria o condão de aumentar a incidência de crimes contra a ordem democrática e indicaria retrocesso no processo histórico de redemocratização que originou a Nova República", justificou o Palácio do Planalto.

ENTENDA

O PL da Dosimetria determina que os crimes de tentativa de acabar com o Estado De-

mocrático de Direito e de golpe de Estado, quando praticados no mesmo contexto, implicarão no uso da pena mais grave em vez da soma de ambas as penas.

O foco do projeto é uma mudança no cálculo das penas, "calibrando a pena mínima e a pena máxima de cada tipo penal, bem como a forma geral de cálculo das penas".

Tais mudanças devem beneficiar condenados pelo 8 de janeiro, como o ex-presidente Jair Bolsonaro, além dos militares Almir Garnier, ex-comandante da Marinha; Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa; Walter Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil; e Augusto Heleno, ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

Organizações sociais criticam derrubada de veto de Lula ao PL da Dosimetria

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

Organizações da sociedade civil manifestaram repúdio à derrubada de veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto de lei (PL) da Dosimetria, que reduz a pena dos condenados por tentativa de golpe de Estado ligados ao 8 de janeiro de 2023. O veto foi derrubado quinta-feira pelo Congresso Nacional.

Para as entidades, a medida representa um "grave e histórico retrocesso institucional", naturaliza a violência e é um risco de impunidade em caso de repetição de ataques golpistas no futuro.

A nota da coalizão Pacto pela Democracia é assinada por mais de 20 organizações, aponta que a derrubada do veto pode ser vista como uma forma de relativizar ataques frontais ao regime democrático e substituir a soberania popular por

projetos autoritários.

Segundo a nota, a derrubada fragiliza "o caminho que vinha sendo construído para a devida responsabilização daqueles que atentaram contra a ordem constitucional democrática no país, no contexto da tentativa de golpe de Estado após as últimas eleições presidenciais."

O texto, assinado por organizações como o Instituto Vladimir Herzog, Instituto Marielle Franco e a Transparência Eleitoral Brasil, destaca ainda que a medida não promove pacificação e que setores do parlamento que votaram pela derrubada do veto abdicam do papel de guardiões constitucionais, nem atuam no sentido de "corrigir excessos".

"Na prática, trata-se de um movimento que, além de não contar com respaldo popular nem sólido fundamento constitucional, reabre espaço para a

naturalização da violência política contra a democracia e enfraquece a construção da memória coletiva sobre um dos episódios mais graves da história republicana recente", diz o documento.

As organizações alertam ainda que reduzir a gravidade desses fatos por meio da revisão de penas significa reescrever a história em favor da impunidade. O documento diz que o debate sobre a flexibilização de penas exige cautela e reflexão responsáveis, principalmente por seus possíveis efeitos em outros âmbitos do sistema penal.

"No 8 de janeiro, o povo brasileiro assistiu, atônito, ao vandalismo e ao ódio dirigidos às sedes dos Três Poderes por aqueles que buscavam desacreditar o resultado das eleições e substituir a soberania popular por um projeto autoritário; a perplexidade coletiva

não foi apenas reação à violência, mas o reconhecimento imediato de um ataque frontal ao regime democrático", diz a nota.

"Ficou evidente que não se tratava de mero vandalismo, mas da expressão organizada de uma trama que visava deslegitimar o processo eleitoral e instaurar, pela força e pelo caos, uma ruptura institucional", diz o documento.

O texto afirma ainda que a derrubada do veto ao PL abre brechas concretas para a repetição desses ataques no futuro.

"A democracia não se sustenta apenas por eleições periódicas, mas pela capacidade de reconhecer seus traumas, responsabilizar seus agressores e impedir que a violência golpista seja incorporada à normalidade institucional. A derrubada deste veto caminha no sentido da normalização da violência", diz a nota.

Edinho Silva: Mais uma vez, Congresso vira as costas para a sociedade que rejeita dosimetria

GABRIEL HIRABAHASIAE

O presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), Edinho Silva, acusou o Congresso de "virar as costas" para o Brasil com a decisão de derrubar o veto ao projeto de lei da dosimetria, que reduz penas dos condenados pelos atos de 8 de Janeiro de 2023. Um dos beneficiados será o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), com a pena reduzida de 27

anos para 20 anos e diminuição do tempo de regime fechado para dois anos e quatro meses.

"Mais uma vez, o Congresso Nacional vira as costas para a sociedade, que em sua maioria rejeita a proposta. O povo brasileiro valoriza a democracia e não aceita assassinos", declarou o presidente do PT em nota divulgada quinta-feira.

Edinho disse que a decisão "fragiliza o ordenamento jurídi-

co" e "perdoa quem tentou dar um golpe contra a democracia e planejou assassinatos". Afirmou que a decisão "representa um grave retrocesso para a democracia".

"A medida reduz as penas de responsáveis pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, que foram julgados dentro do devido processo legal, e também planejaram assassinar o presidente Lula, o vice Geraldo Alck-

min, e o presidente do TSE na época, Alexandre Moraes", afirmou.

O Congresso derrubou nesta quinta-feira, por ampla margem, o veto presidencial ao projeto da dosimetria. A decisão ocorreu um dia depois de o Senado rejeitar, por 42 votos a 34, a indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, para o Supremo Tribunal Federal (STF).

SENADO

Randolfe afirma que governo deve indicar outro nome para STF

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

O líder do governo no Congresso Nacional, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), afirmou quinta-feira que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve indicar outro nome para vaga aberta no Supremo Tribunal Federal (STF), após rejeição de Jorge Messias pelo Senado.

"Tenho certeza de que o presidente da República vai fazer uso de sua atribuição. Não tem por que o presidente da República renunciar à atri-

buição de encaminhar um indicado ao Supremo Tribunal Federal."

Randolfe disse que o momento para indicar o novo nome deve ser definido posteriormente. "O presidente, obviamente, vai avaliar o melhor momento", respondeu. Mas, segundo ele, o "próximo passo" do jogo "é do governo".

Questionado sobre o possível perfil do novo indicado ou nova indicada, o líder governista limitou-se a dizer que essa é uma atribuição do presidente da República.

Gleisi: rejeição a Messias é oportunidade para debater indicação de mulher ao STF

GUILHERME CAETANO E DANIELLE BRANT/AE

A deputada federal e ex-ministra da articulação política do governo Lula, Gleisi Hoffmann (PT-PR), afirmou quinta-feira, que a rejeição ao nome de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal (STF) abre uma oportunidade para indicar uma mulher à Corte.

"Acho que essa é uma oportunidade para a gente fazer esse debate, essa discussão", afirmou ao ser perguntada se a rejeição de Messias cria uma possibilidade de indicar uma mulher à vaga.

A declaração foi feita ao fim da sessão no Congresso que derrubou o veto presidencial ao PL da Dosimetria em votações nas duas Casas. Foi a segunda derrota do governo Lula nos últimos dois dias.

Questionada também se a votação que rejeitou Messias foi fruto de falhas na articulação política, Gleisi afirmou que, "com a traição que tivemos, não tem articulação que

dê conta".

Na noite da quarta-feira, o Senado rejeitou o nome do advogado-geral da União, indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), à vaga aberta com a aposentadoria de Luís Roberto Barroso. O placar foi de 34 votos favoráveis e 42 contra; Messias precisava de ao menos 41 para passar.

O resultado, repleto de traições na base governista, impôs uma derrota histórica a Lula. Há 132 anos, desde 1894, o Senado não barrava um indicado pelo presidente ao Supremo.

Alguns aliados de Lula defendem que o petista agora indique uma mulher à vaga. Seria um meio tanto de aumentar a representatividade na Corte quanto de transferir um eventual ônus com uma nova rejeição para o colo de Alcolumbre, que operou para derrubar Messias. Isso porque haveria maior pressão popular pela aceitação de uma indicada mulher.

HARMONIZAÇÃO

TSE mantém cassação de deputada bolsonarista do PL Sílvia Waiãpi

MARIA MAGNABOSCO/AE

Por unanimidade, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) manteve, quinta-feira, a cassação do mandato da deputada federal Sílvia Nobre Lopes, conhecida como Sílvia Waiãpi (PL-AP), por utilizar recursos públicos de campanha para pagar procedimento de harmonização facial nas eleições de 2022. O caso foi denunciado pela então coordenadora de campanha da parlamentar.

O pedido de cassação foi apresentado pelo Ministério Público (MP) Eleitoral à Justiça Eleitoral do Amapá. O mandato da deputada já havia sido cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado (TRE/AP), mas ela recorreu ao TSE.

Segundo o MP Eleitoral, a parlamentar utilizou R\$ 9 mil do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), quando era candidata, para custear um procedimento estético, o que é proibido pela legislação eleitoral. Ela foi cassada por "irregularidades graves na arrecadação ou nos gastos de campanha".

O relator do caso, ministro André Mendonça, afirmou que os fatos foram devidamente comprovados e que a conduta da parlamentar "ofende diretamente a integridade moral

do processo eleitoral e compromete a legitimidade do mandato obtido nas urnas". O caso estava em julgamento no plenário virtual, mas foi para o plenário físico após pedido do ministro Nunes Marques.

Na sessão de quinta-feira, o vice-procurador-geral eleitoral, Alexandre Espinosa, destacou que os gastos irregulares foram comprovados por documentos e testemunhas, o que representa "grave violação à moralidade e à transparência" nas despesas de campanha.

Ele ressaltou ainda que a deputada falsificou nota fiscal para burlar a fiscalização da Justiça Eleitoral. "O montante desviado não pode ser considerado irrelevante, quando estamos diante de ilegalidade qualificada e má-fé", apontou o vice-PGE.

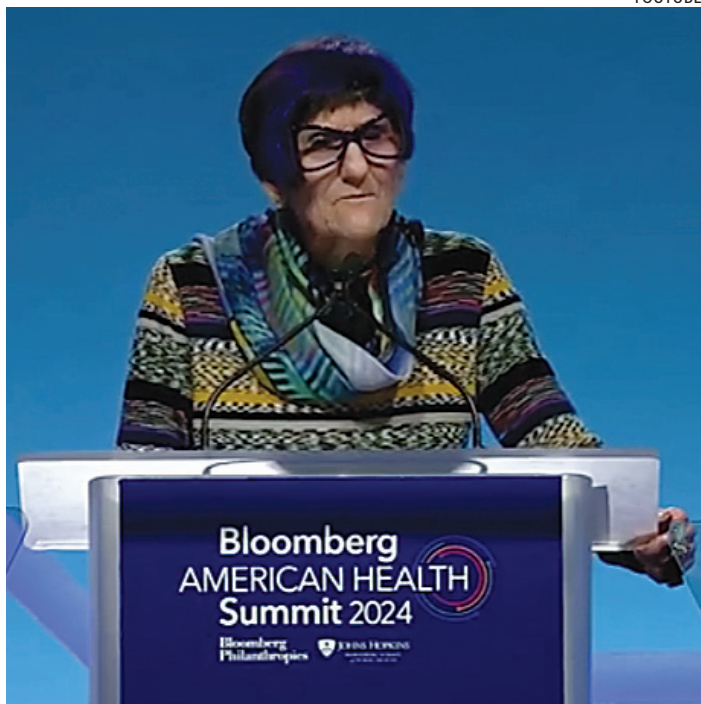
Com a decisão do TSE, os votos recebidos pela parlamentar serão anulados. Com isso haverá recálculo dos quocientes eleitoral e partidário, para que a vaga seja redistribuída. O TSE determinou a comunicação imediata ao presidente do TRE/AP para que a medida seja cumprida.

Conhecida como "indígena do Bolsonaro", a deputada federal é da etnia Waiãpi, que está distribuída no Amapá, Pará e na Guiana Francesa.

SHUTDOWN

Câmara aprova financiamento para Segurança Interna

YOUTUBE



Após semanas de atraso, a Câmara dos Representantes votou quinta-feira para financiar grande parte do Departamento de Segurança Interna (DHS, na sigla em inglês), mas não suas operações de fiscalização de imigração, e enviou o pacote bipartidário ao presidente Donald Trump para aprovação, encerrando a mais longa paralisação da agência na história.

A Casa Branca havia alertado que o financiamento temporário ao qual Trump recorreu para pagar a Administração de Segurança no Transporte (TSA) e outros funcionários do departamento "logo se esgotaria", o que gerou novas ameaças de interrupções em aeroportos.

O DHS está sem recursos regulares desde 14 de fevereiro, causando dificuldades para os trabalhadores, embora grande parte da agenda de imigração de Trump,

central na disputa, esteja sendo financiada separadamente.

"Já estava mais do que na hora", disse a deputada Rosa DeLauro (foto), de Connecticut, principal democrata no Comitê de Apropriações da Câmara, que apresentou o projeto há mais de dois meses.

A Câmara aprovou rapidamente a medida por votação simbólica, sem chamada nominal formal.

A estreita maioria republicana na Câmara tem enfrentado sucessivos impasses sob a liderança do presidente da Casa, Mike Johnson, com o próprio partido envolvido em disputas internas sobre uma série de temas pendentes, incluindo o financiamento da segurança interna. Embora o Senado tenha aprovado por unanimidade o pacote bipartidário há um mês, o projeto ficou parado na Câmara. Fonte: Associated Press.

BLOQUEIO

Trump propõe novo plano para reabrir Estreito de Ormuz

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, estuda um novo plano para reabrir o Estreito de Ormuz, em meio às tensões no Oriente Médio. A proposta prevê a manutenção do bloqueio a portos iranianos, enquanto Washington coordenaria com aliados medidas para elevar os custos das tentativas de Teerã de interromper o fluxo global de energia, se-

gundo um alto funcionário do governo.

De acordo com essa fonte, Trump avalia uma série de opções diplomáticas e de política externa para pressionar o Irã a encerrar o que classificou como um "estrangulamento" da hidrovias estratégica. O funcionário falou sob condição de anonimato, por não ter autorização para comentar publicamente o tema.

AVIAÇÃO

Após 7 anos suspenso, voo direto entre EUA e Venezuela é retomado

O primeiro voo comercial direto entre os Estados Unidos e a Venezuela pousou quinta-feira, na capital venezuelana, Caracas, sete anos depois de o Departamento de Segurança Interna dos EUA ter ordenado uma suspensão por tempo indeterminado, alegando preocupações com a segurança.

A retomada dos voos co-

merciais entre os dois países ocorre na sequência da captura do ex-ditador Nicolás Maduro pelos EUA em uma operação no início de janeiro.

A medida também ocorre um mês depois de os EUA terem reaberto formalmente sua embaixada em Caracas, após o restabelecimento das relações diplomáticas plenas com o país sul-americano.

AÇÃO HUMANITÁRIA

Brasileiros estavam em flotilha e foram sequestrados por Israel

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

Quatro integrantes da delegação brasileira, participantes da missão humanitária não violenta da Global Sumud Flotilla, estão entre os sequestrados em águas internacionais nas proximidades da Ilha de Creta, enquanto navegavam em direção à Faixa de Gaza.

São eles: Amanda Coelho Marzall, conhecida como Mandi Coelho, militante pelo PSTU, parte da liga internacional dos trabalhadores e pré-candidata ao cargo de deputada federal por São Paulo; Leandro Lanfredi

de Andrade, petroleiro da Petrobras Transporte, diretor do Sindicato Petro-RJ e da Federação Nacional de Petroleiros; Thiago de Ávila e Silva Oliveira, militante internacionalista e membro do Comitê Diretor Internacional da GSF; e Thainara Rogério.

Segundo a Global Sumud Flotilla, outra brasileira, Beatriz Moreira de Oliveira, militante do Movimento dos Atingidos por Barragens, está a bordo do barco Amazona, que conseguiu despistar as forças de ocupação israelense até entrar em águas territoriais da Grécia.

Também escaparam as coor-

denadoras da Global Sumud Brasil, que estavam a bordo do barco SAF SAF, Lisi Proença e Ariadne Teles, que desembarcaram na Sicília (Itália) para ajudar no trabalho da equipe de terra. As embarcações haviam saído de Catania na Itália em 26 de abril.

Os navios de ajuda humanitária foram interceptados por Israel na noite de quarta-feira ao largo da península grega de Peloponeso, localizada a centenas de quilômetros de Gaza, segundo os organizadores da flotilha.

Em comunicado, o grupo disse que a ação se trata de pirata-

ria e captura ilegal de seres humanos. "Essa é uma afirmação de que Israel pode operar com total impunidade, muito além de suas próprias fronteiras".

Imagens divulgadas pelo grupo mostram israelenses abordando o navio, e a tripulação com coletes salva-vidas e as mãos para cima. Todos foram levados para embarcações israelenses.

Em outubro do ano passado, os militares israelenses abordaram uma flotilha da organização e prenderam mais de 450 participantes, incluindo a ativista sueca Greta Thunberg.

CONFLITO COM IRÃ

Trump diz que preço da gasolina voltará a cair com o fim da guerra

THAIS PORSCH/AE

O presidente dos EUA, Donald Trump, voltou a dizer quinta-feira, que os preços da gasolina vão cair no país quando a guerra no Irã terminar e que Teerã está "morrendo" para fazer um acordo nuclear.

Em cerimônia de assinaturas com presença de repórteres, Trump reiterou que Teerã não pode ter armas nucleares, mas

que o Irã está destruído pelos ataques militares americanos e de Israel. "Fábricas de drones e mísseis sofreram uma queda significativa na produção", acrescentou. "A economia iraniana está entrando em colapso. O bloqueio do Estreito de Ormuz é impressionante. Eles não estão recebendo nenhum dinheiro do petróleo".

O republicano disse que não sabe por quanto tempo o país

persa "vai aguentar", frisando que os EUA receberão material nuclear iraniano e que ninguém sabe quem são os líderes do Irã. Sobre um acordo, Trump foi vago, alegando: "não sei se precisamos de um acordo com o Irã, talvez".

Após publicar ontem na Truth Social que os EUA poderiam reduzir tropas na Alemanha, ele afirmou hoje que o mesmo pode ser feito com a Es-

panha e a Itália. "Itália não tem ajudado em nada e Espanha tem sido péssima", enfatizou. Segundo o mandatário, o país nunca precisou de ajuda com em relação ao Irã, mas queria testar a lealdade dos aliados. "Eles usam o Estreito de Ormuz, nós não".

Trump ainda disse que o mercado acionário americano está batendo recordes "mesmo com o que alguns chamam de 'guerra'".

EUA

Atirador em jantar de Trump é levado a tribunal e ficará preso

O homem que tentou realizar um atentado a tiros durante um jantar no último dia 25, com a presença do presidente americano, Donald Trump (foto), concordou quinta-feira, em permanecer preso enquanto aguarda o julgamento.

Cole Thomas Allen não se declarou culpado ou inocente durante sua breve aparição perante a magistrada americana Moxila Upadhyaya.

Os promotores alegam que Allen planejou seu ataque por semanas e rastreou os movimentos de Trump online antes de passar correndo por um detector de metais no Washington Hilton, portando uma arma longa e interrompendo um dos eventos anuais de maior destaque na capital do país.

Allen ficou ferido durante o ataque, mas não foi atingido por um tiro. Um agente do Serviço Secreto foi baleado, mas usava colete à prova de balas e sobreviveu, segundo as autoridades. Os promotores afirmaram acreditar que Allen disparou sua espingarda pelo menos uma vez e

que um agente do Serviço Secreto disparou cinco tiros. Eles não confirmaram publicamente se foi a bala de Allen que atingiu o colete do agente.

Em uma carta enviada aos promotores na quarta-feira, os advogados de Allen alegaram que algumas das declarações do procurador-geral interino Todd Blanche "indicam que as provas balísticas recuperadas são inconsistentes com aspectos da teoria do governo, provas coletadas pelo governo e/ou declarações feitas por testemunhas".

Em resposta, o Departamento de Justiça afirmou que as evidências mostram que Allen disparou sua espingarda pelo menos uma vez na direção do agente do Serviço Secreto. Os investigadores recuperaram pelo menos um fragmento na cena do crime que é compatível com um projétil de chumbo grosso, escreveram os promotores.

"O governo não tem conhecimento de nenhuma evidência física, evidência em vídeo digital ou depoimentos de testemunhas que sejam inconsistentes

BETO BARATA/PR



com a teoria de que seu cliente disparou sua espingarda na direção" do policial ou que o policial "foi de fato atingido uma vez no peito enquanto usava um colete à prova de balas", escreveram os promotores.

Em documentos judiciais, os promotores afirmaram que Allen tirou uma foto de si mesmo em seu quarto de hotel minutos antes do incidente e que estava

equipado com uma bolsa de munição, um coldre de ombro e uma faca embainhada.

Os advogados de Allen estão pressionando por sua libertação, argumentando em documentos judiciais que o caso do governo é "baseado em inferências sobre a intenção de Allen que levantam mais perguntas do que respostas". A defesa observou que os escritos de Allen nunca mencionaram Trump nominalmente.

"As provas apresentadas pelo governo sobre o crime imputado - a tentativa de assassinato do presidente - baseiam-se, portanto, inteiramente em especulação, mesmo na interpretação mais generosa da teoria", escreveram os advogados de defesa.

Allen foi acusado na segunda-feira, desse crime, bem como de duas acusações adicionais relacionadas a armas de fogo, incluindo disparo de arma durante um crime violento. Ele pode ser condenado à prisão perpétua se for considerado culpado apenas pela acusação de assassinato.

REINO UNIDO

Trump diz que removerá tarifas sobre uísque após encontro com rei Charles

PEDRO LIMA/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou quinta-feira, que pretende retirar tarifas e restrições sobre o comércio de uísque envolvendo Escócia e o Estado americano de Kentucky, após encontro com o rei Charles III e a rainha Camilla na Casa Branca.

Em publicação na Truth Social, Trump disse que a decisão

foi tomada "em honra ao rei e à rainha do Reino Unido" e destacou a relevância das indústrias de whisky escocês e bourbon de Kentucky. Segundo ele, a medida busca facilitar a cooperação entre as regiões, incluindo o comércio ligado a barris de madeira. "O rei e a rainha me fizeram fazer algo que ninguém mais conseguiu", escreveu.

O gesto ocorre no contexto da

visita de Estado do monarca britânico aos EUA, marcada por esforços diplomáticos para reforçar os laços bilaterais em meio a divergências recentes, especialmente sobre o conflito com o Irã. Durante jantar oficial, Trump chegou a afirmar publicamente que Charles concordava com sua posição de que Teerã não deve obter armas nucleares - comentário que gerou des-

conforto no Reino Unido por expor suposta conversa privada.

Pelo protocolo britânico, o monarca deve manter neutralidade política e não comentar discussões reservadas, o que levou analistas a apontarem quebra de etiqueta diplomática. O Palácio de Buckingham afirmou que o rei está alinhado à posição histórica do governo britânico contra a proliferação nuclear.